

Covidetect é a prova de que a aposta nos serviços essenciais de ambiente é uma fonte preciosa de valorização de inovação

27 de Maio, 2021

É viável utilizar as águas residuais para detetar precocemente surtos de Covid-19. É a conclusão do estudo **Covidetect**, um projeto coordenado pela **AdP Valor**, empresa do grupo AdP e responsável do projeto, e desenvolvido pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, pelo Instituto Superior Técnico, as Águas do Tejo Atlântico, as Águas do Norte e a SIMDOURO. Os resultados foram apresentados esta quarta-feira numa sessão pública que decorreu na Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Alcântara, em Lisboa, e que contou com a presença da secretária de Estado do Ambiente. **Inês dos Santos Costa** considerou o momento como “um marco importante no percurso que as Águas de Portugal, a par de outras entidades, públicas e privadas, que se dedicam à prestação de serviços essenciais de ambiente e ao seu apoio”.



Passando em revista os momentos iniciais da pandemia, a governante lembrou que a crise pandémica não é passível de ser superada “sem coordenação, cooperação e partilha de experiências. O combate a esta pandemia está a ser um teste à solidariedade e à capacidade das instituições em colaborarem e trabalharem em conjunto em torno de um mesmo objetivo”. E recordou o contacto da Águas de Portugal com o Ministério (do Ambiente e da Ação Climática), logo nos primeiros meses da pandemia no país, “para falar de um projeto que queriam levar a cabo em consórcio com mais entidades para a deteção de surtos virais como o Covid, criando um sistema de aviso baseado no controlo de qualidade das águas residuais”.

O projeto era o Covidetect e foi posto no terreno em abril de 2020. Inês Costa considerou que projetos como este fazem o país partir “em vantagem, face ao que a Comissão Europeia neste momento solicita os Estados-membros a desenvolver: um sistema de vigilância epidemiológica europeu, unindo as forças internas e dotando-as de meios para prevenir, preparar respostas e gerir crises sanitárias, tanto na UE como a nível mundial”. E vai mais longe, classificando o projeto científico como um instrumento de promoção de “cooperação internacional”: “É com projetos como este que conseguiremos também cumprir o nosso dever de travar a pandemia a nível mundial; exportando esta ciência, este conhecimento, este saber fazer, esta vontade comum de nos protegermos e de protegermos o nosso ambiente”. A ideia de “adoção de uma “abordagem moderna de vigilância” não foi esquecida, com a secretária de Estado a frisar que a União Europeia iria apoiar os Estados-membros através do futuro programa “UE pela Saúde”, que “proporcionará financiamento para melhorar os sistemas nacionais de vigilância, enquanto as agências descentralizadas da UE apoiarão os Estados-Membros através de aconselhamento

técnico e orientações específicos”. Defendendo “serviços essenciais de ambiente fortes, capacitados, infraestruturados, que se distribuem por todo o país, sustentáveis operacionalmente e financeiramente”, Inês Costa disse ter “grande orgulho” no projeto desenvolvido e que isso era a prova de que “a aposta nos serviços essenciais de ambiente é mais do que uma aposta numa infraestrutura básica, que atende diretamente ao bem-estar social da nossa população: pode também ser uma fonte preciosa de valorização de conhecimento, de tecnologia e de inovação”.

Inês Costa ousou do momento para louvar o trabalho desenvolvido pelos funcionários dos serviços essenciais do ambiente: “São as pessoas, pelo seu conhecimento, pelas suas competências e pelo seu entendimento do quão é importante salvaguardar esse bem comum que é o recurso água que tornam o serviço essencial”, justificou a governante para acrescentar: “Não tenho dúvidas que os serviços essenciais de ambiente não se resumem a tubagens, ETA e ETAR, a válvulas, a *joppers*, a contadores ou a computadores”.